

DECOLONIZAR OS ESTUDOS
CRÍTICOS DO DISCURSO

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Resende, Viviane de Melo. (Org.)

Decolonizar os estudos críticos do discurso / Viviane de Melo Resende (Org.)
Campinas, SP : Pontes Editores, 2019

Bibliografia.
ISBN - 978-852170-184-2

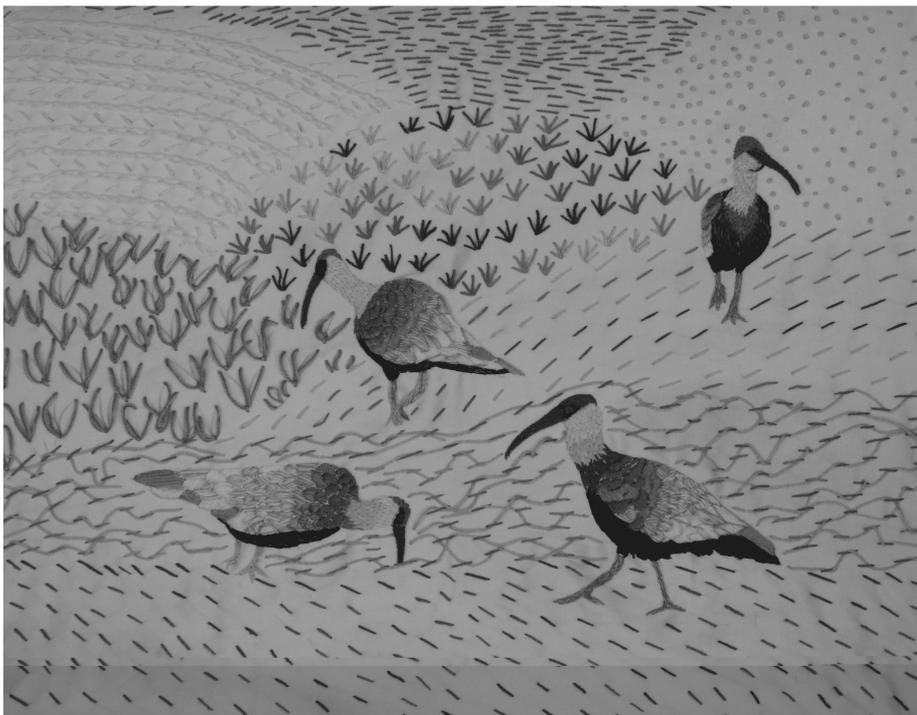
1. Análise de discurso crítica 2. Decolonização

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise de discurso crítica - 410
2. Decolonização - 410

Viviane de Melo Resende
(Org.)

DECOLONIZAR OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO



Pontes

Copyright © 2019 - da organizadora representante dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Imagem de capa: “Curicacas”, bordado de Jacqueline Fiuza da Silva Regis
Revisão: Cibele Ferreira

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UNB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ - Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL - Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-056
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

2019 - Impresso no Brasil

Para Marli Maia,
com eterna gratidão
e muita saudade.

Para Lúcia Santos,
em reconhecimento
de sua história.

Estas duas mulheres
deixaram a existência neste mundo
em 25 de abril de 2018.
Seu legado é a memória viva
de sua luta.

Em seu nome dedico este livro
às mulheres negras que neste Sul
lutam com palavras.

“Como pensadoras politizadas, devemos refletir sobre essas experiências se estivermos realmente envolvidas em discussões profundas sobre solidariedade, resistência e territórios nas ciências humanas.”

“Nós devemos escutar o silêncio, o que não está escrito, e prestar atenção nas dinâmicas internas das comunidades e como nós classificamos as suas experiências, se estivermos mesmo comprometidas com o trabalho epistemológico da decolonialidade.”

(Clélia Rodríguez)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
Viviane de Melo Resende	
PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS PARA DECOLONIZAR OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO	19
Viviane de Melo Resende	
DECOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NOS ESTUDOS DO DISCURSO	47
María Laura Pardo	
RECONSTRUINDO PARADIGMAS ORIENTAIS EM ESTUDOS DO DISCURSO	63
Shi-xu	
PERSPECTIVAS DECOLONIAIS FEMINISTAS DO DISCURSO NA PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO E GÊNERO-SEXUALIDADE	83
Viviane Cristina Vieira	
LINGUAGEM E DECOLONIALIDADE: DISCURSOS E(M) RESISTÊNCIA NA TRILHA DA AQUILOMBAGEM CRÍTICA	117
Gersiney Santos	
CRÍTICA INSURGENTE E O DISCURSO DO LADO DE CÁ: POR UMA ADC DESDE E PARA A AMÉRICA LATINA.....	145
María del Pilar Tobar Acosta	
DECOLONIZANDO AS CIÊNCIAS HUMANAS NA ÁFRICA PELA SOBERANIA INTELECTUAL	171
Kwesi Kwaa Prah	
SOBRE AS AUTORAS E AUTORES.....	201

DECOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NOS ESTUDOS DO DISCURSO

María Laura Pardo

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, realiza-se um estudo crítico sobre a colonização do conhecimento na área dos estudos do discurso.¹ Nas seções que seguem, analisa-se a relação entre o eurocentrismo e as universidades, assim como sua relação com as teorias e os métodos utilizados, e com a ciência e a tecnologia no contexto latino-americano. Ao final do capítulo, são feitos alguns comentários à guisa de conclusão.

EUROCENTRISMO E UNIVERSIDADE

A globalização, entendida como uma etapa do capitalismo e da pós-modernidade, nos coloca o já conhecido tema do eurocentrismo na vida acadêmica. Buscamos mais intensamente nossa identidade como pesquisadores/as e acadêmicos/as quando a sentimos ameaçada. Nesse tema, nadamos em águas muito profundas, já que algumas vezes não temos clareza sobre o que enfrentamos quando começamos a nos questionar a respeito do eurocentrismo e especialmente do mundo anglófono a que somos submetidos/as.

1 Este texto foi traduzido do original em espanhol por Viviane de Melo Resende.

Por outro lado, muitos/as de nós, paradoxalmente, somos descendentes desses mesmos europeus, em razão de sucessivas imigrações. Muitos dos povos originais foram subjugados e exterminados, como consequência das diferentes colonizações, e, ainda assim, quase todos/as temos também uma mistura de etnias em nossa ancestralidade.

Poderíamos dizer que uma grande parte da América Latina padece não só da colonização do conhecimento, mas de uma colonização estrutural, já que nosso continente latino-americano sofreu tipos de colonização, extermínio, perseguição por parte de povos externos à América Latina, predominantemente ou absolutamente europeus. Isso não só influenciou nossa forma de conhecer, mas também nossa forma de ser, que foi conformada nesse arcabouço histórico colonial.

Entretanto, como já sabemos a esta altura, é inevitável que, diante dessa situação – bastante asfíxiante, certamente –, diferentes setores reajam, tomando consciência dos problemas que a homogeneização capitalista e globalizadora acarreta: no caso concreto discutido aqui, os problemas gerados para nossas pesquisas, nossas crenças sobre a ciência, a intelectualidade e, mais especificamente, os estudos do discurso.

Como pode suceder muitas vezes, a defesa de um ponto de vista associado aos modos de conhecer também pode nos levar a reforçar nossos laços com uma forma de ver a ciência, mais ligada à pós-modernidade, ao invés de se criarem teorias e métodos mais voltados a nossa própria identidade latino-americana. Mas o tema da decolonização do conhecimento conta já largos anos de estudos, com ênfase em distintos problemas (DUSSEL, 1998; MIGNOLO, 1998; JAMESON, 1998; CASTRO-GÓMEZ; MENDIETTA, 1998; PAJUELO TEVES, 2001). Como já assinalei em outro texto (PARDO, 2010), na área dos estudos do discurso e da linguística em geral, contudo, essas reflexões são mais recentes, e ainda mais na produção situada na América Latina.

A reflexão sobre a decolonialidade, no que se refere ao conhecimento, alenta o pensamento crítico sobre as próprias pesquisas e, em consequência, a criação e aplicação crítica de teorias e métodos. Essa

reflexão, então, aporta uma consciência mais clara sobre que teorias usamos, que métodos, que etnografia para dar conta de uma problemática específica e de um contexto particular. Até onde as teorias, neste caso teorias do discurso, podem dar conta dos fenômenos linguísticos de modo universal, quando entendemos o discurso e a linguagem em contexto?

É por essa razão que se perguntar sobre a colonialidade do conhecimento não implica apenas um questionamento acerca da possibilidade de teorias nascidas em outros contextos – especialmente os mundos anglo e francófono – poderem ser aplicadas tão livremente a outros contextos. Acarreta também um forte questionamento epistemológico voltado a nossa própria prática de pesquisa. Como pesquisamos? Como as teorias e os métodos que aplicamos dão conta do uso do discurso no contexto latino-americano? E, uma vez que o contexto está em jogo, quando se pretende realizar um estudo discursivo crítico é fundamental assumir que já não é possível pautar-se pelas regras do positivismo. Por exemplo, sob a ótica do positivismo e por meio de metodologias quantitativas, pretendem-se fazer análises variacionais no plano discursivo, quando um requisito fundamental para que exista variação é que as variantes que se alternam tenham o mesmo significado. No plano do significado, onde a sinonímia já não existe, e, portanto, não há variação *linguística* (LAVANDERA, 1975), manter uma postura positivista ou mesmo uma ancoragem discursiva desse teor soa mesmo inapropriado.

Mas pensar na decolonialidade é, obviamente, pensar também na colonialidade. E os movimentos colonizadores tendem à homogeneização econômica e cultural. Embora a ciência seja concebida como universal, somos conscientes da existência do contexto, o que rompe com essa pretensão de universalidade e dá espaço a estudos que devem levar em conta as especificidades de cada contexto particular. Pode-se teorizar, por exemplo, sobre discurso e pobreza de modo universal, mas o discurso sobre a pobreza tem traços muito distintos em diferentes contextos. Por exemplo, a noção de *homeless* de origem inglesa pouco tem a ver com a de pessoas em situação de rua em nosso continente (ALCOCK, 2008 [1993]), ou em outros lugares (sobre pobreza na Índia, ver Metha et al, 2013; sobre pobreza em Uganda, ver Lwanga-Ntale, 2013, entre outros).

COLONIZAÇÃO EUROCÊNTRICA, TEMA, TEORIA E MÉTODO

A ideia principal da colonialidade a respeito do conhecimento é que, uma vez geradas as teorias e os métodos de análise, estes devem ser “aplicados” em outros países. Por exemplo, por muitos anos, em grande parte da América Latina, a sociolinguística laboviana foi aplicada, inclusive ao discurso, sem levar em consideração que essa sociolinguística é de origem gerativista, logo de metodologia quantitativista e, em consequência, não aplicável a estudos do discurso. As correntes linguísticas ou discursivas anglo-europeias se “aplicam” em nosso continente como um molde ao qual devêssemos submeter nossos contextos. Também é importante notar que muitos dos teóricos sociais e linguistas são homens, que apresentam suas teorias androcêntricas disseminadas no mundo como se as mulheres estivessem ausentes.

Obviamente, ao lado dessa questão de gênero, também é notável que o conhecimento científico aparece exercido por um grupo étnico determinado – os brancos –, nacionalidades específicas – entre europeus e estadunidenses –, uma língua franca – o inglês (com algumas exceções, como o francês, o alemão, o italiano). Nos termos de Grosfoguel (2013), estamos diante de uma colonialidade epistêmica racista e sexista. No caso da América Latina, pelo menos temos muitas mulheres que se dedicam aos estudos do discurso e sua perspectiva crítica.

Outra questão fundamental refere-se aos temas a abordar. A reprodução de temáticas que pouco falam a nossas realidades também é uma forma de colonialidade. As problemáticas de nossos países são muito distintas daquelas da Europa e dos Estados Unidos, e, mesmo assim, nossas revistas científicas estão repletas de artigos de pesquisas sobre temáticas que são importadas junto com as teorias e os métodos. A respeito das teorias e métodos utilizados, em artigos publicados são mais que majoritariamente de origem europeia ou estadunidense. Em termos específicos da análise de discurso crítica, Fairclough, van Dijk, Wodak são as fontes teóricas e metodológicas mais citadas, ainda que, em países como o Brasil e outros de maior influência francesa, as citações passem também por Maingueneau, Foucault, Pêcheux etc. Citações de teóricas/

os ou metodólogas/os latinas/os praticamente não há. No que tange às temáticas, chama mais atenção a ausência de certas temáticas que a presença de outras. Por exemplo, até há alguns anos, não havia artigos sobre temáticas como pobreza, gravidez adolescente, políticas públicas, habitação, relacionadas ao discurso. E, assim, as reais problemáticas latino-americanas não estavam presentes nos estudos em análise de discurso crítica latino-americana.

A leitura de uma bibliografia completamente europeia ou estadunidense é outro de nossos problemas. Para uma temática como o discurso político, por exemplo, na Argentina, a maioria dos autores e autoras consultadas são franceses ou ingleses; por isso, nossa história e nossos processos culturais não ecoam nas pesquisas, parecem não importar no momento de pesquisar. É verdade que agora nos lemos um pouco mais entre latino-americanas/os, mas ainda assim é difícil encontrar trabalhos com referências bibliográficas específicas que contribuam para o estudo decolonial. As referências por regra são de livros e artigos de revistas que colonizam nosso pensamento, e as salas de aula estão repletas de professoras/es que repetem esses modelos seguidamente. É um ciclo muito difícil de romper.

As livrarias tampouco ajudam a decolonizar, já que nelas só encontramos traduções de autores europeus ou de fala inglesa, sendo quase impossível encontrar, em livrarias argentinas, por exemplo, trabalhos oriundos do Brasil, do México, da Colômbia ou de qualquer outro país latino-americano ou não anglófono. Como qualquer empreendimento comercial, as livrarias respondem ao mercado e ao público consumidor (leitor, nesse caso). Leitores e leitoras buscam livros europeus e estadunidenses também porque essas leituras são as exigidas na universidade, e em consequência as livrarias especializadas respondem a essa demanda – e, assim como um cão persegue a própria cauda, executam o ciclo da colonialidade.

Como já disse muitas vezes (PARDO, 2010; PARDO, 2018), não se trata de menosprezar o conhecimento adquirido, tampouco se trata de não usá-lo, mas de despertar um pensamento crítico e uma ação que nos

levem a gerar teorias e métodos próprios, assim como uma revalorização de nosso próprio fazer. Como assinala Resende (neste livro), ainda que tenhamos um desenvolvimento importante nos estudos do discurso latino-americanos, ainda nos falta criatividade teórica e metodológica:

Em que pese uma tradição já consolidada dos estudos discursivos na América Latina, com posição destacada nos programas de pós-graduação da área de Letras e Linguística e um pulsante calendário de eventos anuais da área, pode-se dizer que há muita aplicação do saber importado e pouca criatividade teórica ou metodológica local.

A decolonialidade nos impõe várias perguntas e questões, fundamentalmente a nosso próprio respeito. A primeira delas e mais conhecida é: por que ainda acreditamos que nossa produção científica local seja pior que qualquer coisa produzida fora da América Latina? Assim, pesquisas, modelos, teorias europeias são sempre mais facilmente aceitas, copiadas, replicadas, em comparação com seus correlatos latino-americanos.

Mais uma pergunta que nos impõe a decolonialidade: por que acreditamos que estudar em universidades estrangeiras seja melhor do que fazê-lo em nossas próprias universidades? Como se estudar fora de nosso país nos trouxesse mais conhecimento sobre nossos contextos, necessidades, história, discursos políticos ou educacionais etc.

Outra pergunta fundamental, e que veremos em maior profundidade mais adiante, é: por que publicar em revistas estrangeiras é considerado melhor do que publicar nas nossas? Ainda que seja importante que conheçam nossas pesquisas em outras partes do mundo, as revistas europeias costumam ser mais bem avaliadas e consideradas pelas instâncias de avaliação acadêmica, o que mostra uma grave defasagem entre os critérios de avaliação e as pesquisas que são efetivamente necessárias em nosso continente.

Uma vez que nascemos dessa colonialidade do conhecimento e da cultura de modo mais amplo, não é estranho que não tenhamos confiança em nós mesmos. Desde a infância nos ensinam que existe a civilização e

a barbárie, e que o povo não europeu (o nativo) é a barbárie, e o europeu, a civilização.² Mignolo (1998, p. 33-4) assinala que essa dicotomia se transformou em um cânone cultural na América Latina. Além disso, justificou uma espécie de colonialidade doméstica (PARDO, 2010, p. 184) que gera uma forte dicotomia também no interior das nações, tomando diferentes formas de discriminação baseadas em etnia, cor da pele, tipo de cabelo, riqueza, gênero etc.

Ainda acreditamos que o sol está do outro lado, quando sabemos que “o sol nasce pra todos” (como no dito popular). Não se trata de questionar as teorias e os métodos aprendidos do mundo europeu ou anglo, mas sim de observar como e por que repetimos teorias e métodos em vez de criá-los, ou de ao menos fazer deles um uso mais crítico, de nos animarmos diante do desafio que isso implica. Ou, no mínimo, de perceber que questionar a aplicação de teorias e métodos nesses contextos é tão simples quanto usá-los.

Praticamente não há acadêmicos/as latinos/as que não saibam inglês ou francês ou alemão, além de espanhol e/ou português, mas por outro lado é quase impossível encontrar acadêmicos europeus que falem outra língua que não seja o inglês além de sua língua materna. Se vamos à Europa ou se vêm da Europa à América Latina, nós é que devemos nos adaptar e nos esforçar para entendê-los em inglês. As opções de idiomas em nossas universidades são o inglês ou o francês, mas não, por exemplo, no caso da Argentina, o português como língua estrangeira. Isso limita a capacidade de intercâmbio entre acadêmicos/as da região, e ainda nos dizem que temos a ‘culpa’ por essa limitação, por não termos aprendido adequadamente o inglês... Interessa-nos escutar e entender o que nos dizem acadêmicas e acadêmicos europeus e anglófonos, mas a recíproca frequentemente não é verdadeira: a elas/es não lhes interessa da mesma forma escutar e entender o que dizemos na América Latina.

As instituições acadêmicas latino-americanas tampouco ajudam a mudar esse paradigma, já que ainda consideram, por exemplo, que publicar em inglês e em revistas estrangeiras nesta língua seja mais importante

2 Essa oposição é aqui retomada de Domingo Faustino Sarmiento, escritor e político argentino, que escreveu *Facundo o civilización y barbarie en las pampas argentinas* em 1845.

que publicar em revistas, ainda que de prestígio, em espanhol ou português. Além disso, as revistas devem estar indexadas segundo os cânones impostos pela ocidentalização. Nossos pares nos avaliam, assim, com os parâmetros de valores colonizadores. Da mesma forma, os formatos de teses, projetos, programas etc. seguem atados a avaliações, por um lado, de tipo quantitativo, e por outro, de grande semelhança com os formatos estadunidenses. Outro ponto importante é que não se valora a qualidade, mas a quantidade da produção. O que importa é quanto, e não como, se faz um trabalho científico. Se esse trabalho tem uma aplicação a algo que venha atrelado a interesses econômicos, então terá valor atribuído, a partir de uma visão pós-moderna do conhecimento científico. Como sustenta Diéguez (2006, p. 4):

Deste modo, o critério da aplicação técnica se converte no elemento para julgar toda a investigação. É assim que, por exemplo, os políticos decidem como dividir os recursos destinados à subvenção da ciência. Isso tem efeitos importantes sobre a prática científica. Por um lado, favorece o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade, na medida em que contribuem para reduzir os custos e fomentar a eficiência. Mas também conduz a um processo de mercantilização da ciência: “o saber é e será produzido para ser vendido” (LYOTARD, 1979/1984, p. 16). A relação entre acadêmicos e a sociedade se converte em uma relação de produtores e consumidores, perdendo-se com isso a possibilidade de julgar a ciência mediante o critério tradicional da verdade ou falsidade de seus enunciados: “o laboratório mais bem equipado tem melhores possibilidades de ter razão”. (LYOTARD, 1986/1987, p. 75). O valor de mercado dita a excelência científica.

Exigir da ciência que seja útil é uma forma de mercantilizá-la. Pensar que haja uma dissociação entre teoria e prática é outro problema. Conhecer, saber, criar, construir é algo que sempre dá frutos, é uma forma de libertação, é um modo de sair da alienação.

A CIÊNCIA NA PÓS-MODERNIDADE

Globalização e pós-modernidade são sinônimos de colonização. A primeira aponta para o mercado, e segunda, para a cultura, para a filosofia que acompanha o capitalismo. Ainda que a pós-modernidade tenha trazido, em alguns casos e como modo de resistência a ela, uma abertura da ciência para novas formas de conhecimento, também é necessário pensar duas vezes cada passo que damos neste caminho, para garantir um olhar mais crítico sobre o que as teorias de pós-modernidade sugerem.

Pensar na ciência ou no conhecimento científico é para muitos algo difícil de aceitar nesta seara da pós-modernidade, que nos iguala e nos separa a todo tempo. De imediato, todos os saberes são igualados, cumprindo com a proposição máxima do capitalismo tardio: vale tudo. Qualquer método, qualquer teoria, vale tudo na hora de realizar uma análise discursiva crítica – por isso mesmo é que nos tornamos tão acríticas/os a respeito do que propomos. Não somos rigorosas/os com a composição de nossos *corpora* de dados, tanto em termos da quantidade de trabalhos necessários para dar conta de um resultado válido, como com os critérios de seleção de casos. Tampouco somos rigorosas/os com a metodologia – e a ausência de disciplinas metodológicas em muitas de nossas universidades faz com que muitas pesquisadoras e pesquisadores não tenham uma ideia muito clara sobre como realizar pesquisa qualitativa.

Os métodos e teorias linguísticas ou discursivas entram em uma espécie de presença tendenciosa diante do problema social que se pretende estudar, e devem “solucionar” esse problema, para serem eficazes, para entrarem no mercado de uma ciência aplicável. Essa questão, inclusive, pode ser vista mais além do tema do eurocentrismo e vinculada tanto à análise de discurso crítica quanto à análise de discurso de modo mais amplo. A falta de rigor metodológico, quando vale tudo, tem como resultado uma proliferação de publicações que aportam muito pouco ao campo.

As grandes narrativas da ciência moderna já não são estimadas na pós-modernidade. Daí a relevância da história de vida, do relato que

narra a cotidianidade de grupos discriminados. É o auge dos estudos das chamadas minorias (não em termos numéricos, claro), que têm hoje um espaço privilegiado nos estudos do discurso, e em sua perspectiva crítica – o que não acontecia há bem pouco tempo.

Se há um caminho complexo é o da multidisciplinaridade, especialmente quando se trabalha com setores que não compartilham as práticas científicas. De um lado e de outro, o trabalho é árduo. Sem dúvida, não há tradução possível de um conhecimento a outro: é a prática discursiva e social que deve mudar para que uma reformulação discursiva se realize. Não se trata de “rebaixar” nem de “elevar” a linguagem que usamos. Trata-se de aprender conjuntamente, de poder enriquecer junto, ao co-criar conhecimento e um novo discurso. Somente a instalação de novas práticas sociais e discursivas acerca do conhecimento pode dar lugar à construção de conceitos, formas, teorias e métodos novos e relevantes para os diferentes grupos que participam da pesquisa.

Em análise de discurso crítica, entendemos que é o discurso que muda a realidade; é seu eixo e seu fundamento. O trabalho multidisciplinar e entre saberes diferentes se constrói em uma nova prática social e discursiva, na qual colaborativamente se criam novos significados, definições e estratégias discursivas. A participação de grupos sociais diferentes, em congressos, jornadas e projetos de pesquisa vinculados aos estudos do discurso e a uma perspectiva crítica, é em si propulsora de novos saberes, capazes de desafiar a impossibilidade que tantas vezes a ciência tem sugerido. E assim se pode construir junto o conhecimento científico no campo social e, especialmente, no campo discursivo em que a análise de discurso crítica se move.

Sem dúvida, a multidisciplinaridade também é um desafio no interior de cada disciplina. Assim como há alguns anos Ruth Wodak (2000) se perguntava se a linguística e os estudos do discurso necessitavam de uma teoria social, hoje a pergunta parece inverter-se: o social necessita de uma teoria linguística e discursiva para atender a suas problemáticas? Esse ainda é um ponto fraco nos trabalhos multidisciplinares. Parece que nos estudos em análise de discurso crítica busca-se apagar todos

os vestígios de gramática, estratégias e recursos linguísticos, levando a uma análise de conteúdo que não exige conhecimento linguístico, como se fazer análise de discurso fosse o mesmo que tecer comentários sobre textos, de modo independente das formas linguísticas. Explicar o conteúdo de um discurso é algo que qualquer pessoa letrada pode fazer. A pergunta que nos interesse em ADC deve dirigir-se para mais além do que disse um texto: devemos nos perguntar como o texto faz para alcançar um determinado propósito comunicativo; com quais recursos, com que estratégias se constrói uma mensagem ou outra. A ciência está em permanente transformação e ajusta teorias e métodos ao que parece ser social e historicamente viável ou aceitável em cada tempo. E, desnecessário dizer, às possibilidades que cada estágio filosófico, econômico, cultural e político permite. O próprio Diéguez (2006) afirma que a ciência continua sendo moderna demais.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA NOVA COLONIZAÇÃO

Talvez o avanço tecnológico mais importante da assim chamada pós-modernidade seja o advento da internet. Para muitos, internet é sinônimo de progresso, de possibilidades de informação e conhecimento para superação de problemas graves como a pobreza, questões educacionais etc. Para outros, é mais uma forma de homogeneização cultural e uma nova forma de colonização. A primeira reflexão é mais própria de quem tem seu pleno acesso à internet garantido, em termos econômicos e culturais. Obviamente, para isso é necessário possuir um computador ou dispositivo móvel, um serviço de internet e conhecimento acerca do funcionamento da rede. Em alguma medida, isso exige um letramento especial que nem todos e nem todas as estudantes podem acessar.

Como sustenta Tello Leal (2007, p. 2),

A lacuna digital alimenta outra muito mais preocupante: a lacuna cognitiva que acumula os efeitos das diferentes lacunas observadas nas principais áreas do conhecimento, do acesso à informação, da educação, da pesquisa científica, da diversidade

cultural e linguística, que representam o verdadeiro desafio colocado para a construção de sociedades do conhecimento.

Contrariamente às promessas globalizadoras, de uma integração social e uma educação para todos e todas, sabemos hoje que isso tudo foi falsa promessa. Há uma lacuna internacional entre países mais e menos desenvolvidos, e uma lacuna interna que separa, em um mesmo país, ricos e pobres. Um dos setores mais desprotegidos e com menos acesso à internet é o dos povos originários.³ Sobre isso, Tello Leal (2007, p. 2) afirma:

A lacuna cognitiva (*knowledge divide*) aponta para uma sociedade em que os conhecimentos começam a ser parte do domínio de apenas um segmento social, enquanto a maior parte das pessoas se encontra excluída; a existência de uma pronunciada lacuna cognitiva pode gerar um cenário de conflitos e de maior desigualdade.

Se a isso somamos o que acontece com o conhecimento universitário e científico, a questão não se mostra mais tranquila, mas esse contexto específico apresenta suas peculiaridades. Não que a lacuna não exista no contexto universitário: muitos centros de pesquisa de países não desenvolvidos, como é o caso de alguns da América Latina, não contam com laboratórios de informática disponíveis para estudantes, nem com bibliotecas digitais, e às vezes sequer oferecem acesso livre e gratuito à internet.

Assim, outra forma de colonização sistemática é a que se leva a cabo por meio das novas tecnologias. Além da universalidade das plataformas ou sistemas que usamos em nossos computadores, ou de seus componentes, *softwares*, *hardwares* etc., as redes sociais também são uma nova forma de colonização. Facebook, Instagram, Twitter e tantas outras. Se por um lado essas ferramentas podem ser úteis para difundir informação, por exemplo, acadêmica, as plataformas e tudo o que aí se diz não escapam à lógica capitalista do mercado. Basta ver como

3 Aqui se denominam “povos originários” aqueles que viviam neste território antes da colonização no continente.

imediatamente aparece a publicidade daquilo que se relaciona ao que escrevemos nas redes sociais ou às buscas que realizamos.

Ambos os recursos (a informática e o conhecimento) são valores de uso que têm uma utilidade definida no trabalho material e mental, mas agora tendem a converter-se também valores de troca com preços proporcionais a seu aporte à valorização do capital. (KATZ, 2000, p. 3)

Que a socialização do conhecimento possa dar-se em espaços como Academia.edu, Research Gate, Dialnet etc. aparece como uma forma de resistência: o conhecimento (como um bem) poder ser reproduzido facilmente, sem custos diretos e à revelia de outros bens materiais, é algo que, se ampliado, pode tornar-se muito potente. Sem dúvida, existem muitos e sérios problemas relacionados ao *copyright*. Muitos livros e revistas bastante lidos e buscados por pesquisadores e pesquisadoras não permitem que os artigos sejam disponibilizados nessas plataformas digitais, tais como aqueles cujos direitos de reprodução pertencem a empresas editoriais em todo o mundo. Os custos dos livros das editoras estrangeiras e do acesso digital a revistas internacionais são muito altos, sendo muito pouco acessíveis em nossos países. E assim muitas leituras seguem vedadas.

CONCLUSÕES: O QUE PODEMOS FAZER?

Creio que devemos ampliar nossos horizontes acadêmicos, e em primeiro lugar devemos ler-nos mais entre nós mesmos/as. Essa é uma ideia muito repetida e pouco praticada, tal como podemos ver na bibliografia citada em nossos trabalhos, ou nas apresentações em congressos: uma bibliografia majoritariamente europeia. Podemos realizar discussões muito profícuas entre nós mesmos/as, seja no interior de cada país ou de modo mais ampliado em nossa região. E então precisamos mirar outros horizontes. O paradigma oriental, como o denomina Shi-xu (neste livro), é um caminho muito interessante para se trilhar. Esse paradigma inclui América Latina, África e Ásia, e temos muitas coisas em comum, mesmo que à primeira vista pareça que não. Compartilhamos uma história que

nos divide entre os povos originários de um país e os imigrantes vindos da Europa, o que deu lugar a um discurso racista e classista.

Na América Latina, temos um passado colonial e um presente neocolonial em todos os países da região, guardadas suas especificidades. Nosso passado foi objeto de ditaduras militares, violações aos direitos humanos e crimes de lesa humanidade, seguidos de experimentos de neoliberalismo extremo desde a década de 1990. Uma situação socioeconômica caracterizada pela pobreza, com um abismo entre ricos e pobres, baixa industrialização, sérios problemas em setores como saúde, educação e uma grande corrupção (PARDO, 2010, p. 188-9).

Podemos continuar nossas pesquisas tendo uma visão crítica para as teorias e métodos que utilizamos. Observar se essas teorias e métodos foram feitos para a análise de textos ou se prestam mais a análises oracionais, se foram pensados para contextos como os nossos ou não. E uma vez que a análise de discurso crítica muitas vezes dedica-se à análise de situações sociais que se consideram problemáticas, devemos ser muito cuidadosas/os: não se deve tomar o aspecto problemático como dado, pois o que para alguns pode ser um problema, para outros pode não ser. Por exemplo, a gravidez na adolescência, que para muitos constitui uma problemática, para muitas mães adolescentes não é compreendido assim. Muitas jovens mães desejam a maternidade, mais além de suas condições socioeconômicas, o que, às vezes, entra em choque com o pressuposto generalizado da classe média de que a gravidez seja indesejada (PARDO, 2013). Essa constituição de problemáticas *a priori* deve ser cuidadosamente revisada para não sermos preconceituosas/os e não pretendermos assumir um papel de juízes. É importante também ser criativas/os e muito específicas/os quando aplicamos métodos etnográficos, e fazer trabalho de campo é fundamental para uma investigação multidisciplinar que se pretenda um estudo crítico do discurso.

Também devemos levar em conta que o discurso é nossa prioridade e que, se o discurso não muda, é impossível mudar o social. É importante também não reproduzir condutas ditas pós-modernas ligadas à homogeneização e à desvalorização da ciência como a-metodológica, na crença de que vale tudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOCK, P. *Understanding Poverty*. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2006.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETTA, E. La translocalización discursiva de “Latinoamérica” en tiempos de la globalización. In: Castro-Gómez, S.; Mendieta, E. (Orgs.). *Teorías en debate*. Ciudad de México: Miguel Ángel Porrúa, 1998. Disponível na Internet: <https://www.ensayistas.org/critica/teoria/castro/introd.htm> Acesso em 2 fev. 2018.
- DIÉGUEZ, A. *La ciencia desde una perspectiva postmoderna*: Entre la legitimidad política y la validez epistemológica. Actas de las II Jornadas de Filosofía: Filosofía y política. Málaga: Procure, 2006, pp. 177-205. Disponível na Internet: <http://webpersonal.uma.es/~DIEGUEZ/hipervpdf/CIENCIAPOSTMODERNA.pdf> Acesso em 25 jan. 2018
- DUSSEL, E. Beyond Eurocentrism: the world-system and the limits of modernity. In: Jameson, F. ; Miyoshi, M. (Orgs.). *The cultures of globalization*. Durham; London: Duke University Press, 1998. p. 3-31.
- GROSFUGUEL, R. ¿Qué significa descolonizar las Ciencias Sociales? Formación histórico-mundial del racismo/ sexismo epistémico como fundamento epistémico de las Ciencias Sociales y la universidad occidentalizada. Seminario en la Facultad de Sociología de la Universidade da Coruña, 2013. Disponível na Internet: <https://www.youtube.com/watch?v=FOHBLmFHI5E> Acesso em 26 jan. 2018.
- JAMESON, F. Notes on globalization as a philosophical issue. In: Jameson, F. ; Miyoshi, M. (Orgs.). *The cultures of globalization*. Durham; London: Duke University Press, 1998. p. 54-80.
- KATZ, C. *Mercantilización y socialización de la información del conocimiento*. Política y Sociedad, 33, 2000. p. 207-216. Disponível na Internet: <http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0000130207A/24638> Acesso em 29 jul 2018.
- LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? *Working Papers in Sociolinguistics*, 40, 1975. p. 4-24.
- MEHTA; A. *et al.* Policies to address chronic poverty in India. In: SHEPHERD, A.; BRUNT, J. (Orgs.). *Chronic poverty, concepts, causes and policy*. London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 223-245.
- MIGNOLO, W. Globalization, civilization, processes and the relocation. In: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (Orgs.). *The cultures of globalization*. Durham; London: Duke University Press, 1998. p. 32-53.
- PAJUELO TEVES, R. Del “poscolonialismo” al “posoccidentalismo”: una lectura desde la historicidad latinoamericana y andina. *Comentario Internacional*, 2, 2001. p. 1-19. Disponível na Internet: <https://es.scribd.com/document/59712460/Pajuelo-postcolonialismo>. Acesso em 22 jul. 2018.

PARDO, M. L. Latin American discourse studies: state of art and new perspectives. *Journal of Multicultural Discourses*, 5(3), 2010. p. 183-192.

_____. El concepto de identidad en relación con la maternidad en el discurso de adolescentes que cursan un embarazo desde una perspectiva lingüística y psicoanalítica. *Vertex. Revista Argentina de Psiquiatría*, 108(14), 2013. p. 119-126.

_____. La importancia de la enseñanza del español y del portugués frente a la colonización del conocimiento. Congresso da ANPOLL. Cuiabá: UFMT, 2018.

RESENDE, V. M. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, V. M. (Org.) *Decolonizar os estudos críticos do discurso*.

SHI-XU. Reconstruindo paradigmas orientais em estudos do discurso. In: RESENDE, V. M. (Org.) *Decolonizar os estudos críticos do discurso*.

TELLO LEAL, E. Las tecnologías de la información y comunicaciones (TIC) y la brecha digital: su impacto en la sociedad de México. *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento*, 4 (2), 2007. p. 1-8.

LWANGA-NTALE. Chronic poverty in Uganda: lessons from 10 years of research and policy engagement. In: SHEPHERD, A.; BRUNT, J. (Orgs.). *Chronic poverty, concepts, causes and policy*. London: Palgrave Macmillan, 2013. p. 246-269.

WODAK, R. ¿La Sociolingüística necesita una teoría social? Nuevas perspectivas en el análisis crítico del discurso. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*, 2 (3), 2000. p. 123-147.